

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES RURAIS: “uma
reflexão”

Zelia Maria Gomes
Zilda Figueiredo Lima Abrantes

Cajazeiras, PB.
1995

Zelia Maria Gomes
Zilda Figueiredo Lima Abrantes

INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES RURAIS: "uma reflexão"

-Proposta de trabalho apresentado ao Departamento de Educação do Centro de Formação de Professores - V Campus da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para conclusão da Licenciatura Plena em Pedagogia, Habilitação em Supervisão Escolar.

Orientadora: Marilene Dantas Vigolvinio

Cajazeiras, PB.
1995

Ao ser Supremo, Criador de todas as coisas e grande bem-feitor de todas as obras e criaturas, o nosso DEUS, pois foi através da luz divina, que nos fez sentir fortes, inteligentes e capazes de subir mais um degrau na longa caminhada da vida estudantil, dedicamos.

Aos nossos familiares, aos professores e colegas de curso, pais e professores da zona rural e a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para o nosso bom desempenho. A todos, não uma mensagem, não um pensamento, mas a expressão de todo o nosso carinho, agradecemos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO _____	06
2. REFERENCIAL TEÓRICO _____	08
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA _____	18
3.1. O CAMINHO PERCORRIDO _____	18
3.2. ABORDANDO A REALIDADE LOCAL _____	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	24
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	26
6. ANEXOS _____	27

1- INTRODUÇÃO

Para concluirmos o Curso de Pedagogia - Habilitação em Supervisão Escolar, apresentamos uma Proposta de Trabalho, intitulada: INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES RURAIS: “uma reflexão”.

O interesse e a escolha em trabalharmos numa Escola Rural do Sítio Terra Molhada, situada no município de Cajazeiras-PB, justifica-se por já desenvolvermos trabalhos de orientação e assistência técnica rural nesta área e, sobretudo porque queremos contribuir para a melhoria do ensino rural.

Esta proposta representa um desafio e surgiu com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar e local de Terra Molhada para uma participação ativa nos trabalhos da escola, entendido como processo educativo, discutir e buscar meios para possibilitar o engajamento dos pais na vida da escola, considerando a importância e a necessidade de um trabalho integrado visando algumas saídas para os possíveis problemas que a escola enfrenta. Pois é sabido que a Educação desvinculada do caráter assistencial da escola é comprometida com a conscientização, capacitação e participação ativa das famílias no processo de identificar e resolver problemas que afetam a escola e dificultam seu desenvolvimento social e cultural, conduz, sem dúvida, a:

- a racionalização de recursos e esforços decorrentes do aproveitamento do potencial comunitário e da integração de ações da escola, alunos e pais dos alunos;
- um engajamento dos pais e por extensão, da comunidade como um todo no processo educativo, uma vez que passando a sentir a escola como sua (e não apenas do Governo Municipal) passarão a interessar-se mais por ela, a cuidar mais dela e a investir mais nela;
- uma maior adequação da escola à realidade sócio-cultural a que serve e por quem é servida;
- um novo tipo de escola, onde todos ensinam e todos aprendam;

- uma compreensão da educação como um processo de construção que se faz na base da cooperação;
- uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e dos meios em que vivem e convivem.

Esperamos que os resultados obtidos, correspondam ao nosso esforço, e possamos contribuir de alguma forma para o credenciamento de uma reciprocidade de ações convertendo-se em um processo permanente de integração e transformação da escola, das famílias e por fim, da comunidade.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

ENFOCANDO A EDUCAÇÃO(RURAL) E O(SEU) DESENVOLVIMENTO RURAL

Para que se possa falar sobre os mecanismos ideológicos que atingem a Educação Brasileira, com destaque na Rural, faz-se necessário uma análise panorâmica da zona rural, no seu aspecto sócio-econômico e político.

A presença do capitalismo no campo, tornou-se mais intensa com o processo de “substituição de importações” na década de 1950 tendo como conseqüência a formação de um parque industrial relativamente sofisticado no Brasil. No decorrer desta operação, a agricultura foi contemplada com ações e subsídios naquilo que efetivamente era consistente com as demandas daquele modelo de substituição, isto é, apóio as culturas de exportação e a criação de um mercado interno para as mercadorias industriais voltadas para a agricultura.

Com isso, a agricultura tornou-se um setor da economia compartimentalizada: subsetor de alimentos, subsetor de exploráveis, e, mais tarde, subsetor de energéticos etc, cada um com uma dinâmica própria.

O processo de desenvolvimento rural passou a ser tema de discussão e análise entre teóricos, especialmente de esquerda, tendo em vista que o referido projeto na prática foi implantado pela burguesia e era comandada pelos países que tinham e têm interesses econômicos no nosso país, a exemplo de Portugal com a implantação no Nordeste da cana-de-açúcar para exportação e dos Estados Unidos, com a chamada “revolução verde” no eixo sul-sudeste, com objetivos de exportar energéticos no caso do trigo, a soja, etc..

O resultado dessa “revolução verde” foi a implantação no campo, de “pacotes tecnológicos”¹, importados totalmente fora da realidade e das condições dos nossos pequenos produtores.

Em decorrência disso começa uma nova fase para a agricultura através de uma política de modernização, se contrapondo a política de reforma agrária. A primeira visava atender muito mais os interesses dos grandes latifundiários e do complexo industrial-químico-mecânico das multinacionais; enquanto que a segunda, procurava eliminar as profundas disparidades na distribuição justa dos meios de produção fundamental na agropecuária - a terra - fazendo renascer a esperança nos trabalhadores do campo de conseguir condições dignas de existência ou de sobrevivência.

Esse processo de modernização trouxe várias conseqüências, de modo geral, preocupante para a agricultura, dentre as quais, destacamos: a morosidade no processo de reforma agrária; produção de equipamentos sofisticados e potentes, em contradição com a realidade fundiária/social/cultural, nacional, permitindo a concentração cada vez maior da terra nas mãos de grandes proprietários, acarretando a intensificação do êxodo rural. Este fato teve como conseqüência a transformação dos pequenos produtores em trabalhadores rurais (bóias-frias); a utilização de insumos químicos de origem industrial, causando crescente envenenamento na terra, nas águas e nos trabalhadores por causa do seu uso inadequado, etc.

Contudo e, socialmente falando, este desenvolvimento rural trouxe no seu bojo, conseqüências inesperadas para a classe dominante como: a organização dos trabalhadores rurais em associações comunitárias, sindicatos, cooperativas, ONG's etc, visando a melhoria das condições de vida e de trabalho, exigindo a implantação de uma política agrícola que viesse minimizar seus problemas e garantir a posse da terra. Basta lembrar os movimentos reivindicatórios dos pequenos e médios produtores rurais e dos sem terra que são permanentes no país.

A situação da agricultura paraibana não está isenta deste quadro, uma vez que está inserida nessa política. Todavia levantaremos algumas questões específicas dessa realidade.

A agricultura paraibana contribuiu fortemente para o expressivo crescimento da economia do Estado, nas décadas de 1950 a 1970 cujo fator preponderante foi o tripé, formado pelas culturas de mercado do algodão, sisal e cana-de-açúcar.

¹ . Conjunto de práticas agrícolas utilizadas em determinadas culturas para a obtenção de bons rendimentos e qualidades dos produtos.

Ao longo desses anos essas culturas sofreram significadas perdas devido ao aparecimento de pragas (especialmente o bicudo), as estiagens contínuas, a falta de financiamento agrícola, a questão da concentração fundiária, a descapitalização das propriedades rurais, a exploração irracional dos ecossistemas com degradação do meio ambiente, o sucateamento das instituições públicas, dos baixos investimentos em infraestrutura social de apoio a produção e a baixa qualificação da mão-de-obra pelos demais setores, entre outros, como mostraremos a seguir.

No período de 1984/1994, a produção de algodão sofreu uma redução de 93% basta vermos que em 1984, a Paraíba produziu 1.677.480 toneladas e em 1994, produziu 12.193 toneladas. A cana-de-açúcar teve um índice de redução de 53% passando de 8.951.809 toneladas para 4.222.665 toneladas. O sisal por sua vez, teve um índice de redução de 80% na produção passando de 80.341 toneladas para 17.447 toneladas.

Frente ao quadro deplorável que, aliás não difere dos demais estados brasileiros, faz-se necessário e urgente, a criação de políticas agrícolas que venham garantir principalmente:

- 1- A segurança alimentar já que a saúde do indivíduo, assim como a sua capacidade de aprendizagem está ligada diretamente a sua alimentação;
- 2- O retorno rápido do Capital com baixos investimentos per capita, tendo como forte razão para investir na agricultura, a capacidade de resposta relativamente mais rápida desse setor em comparação aos outros setores produtivos;
- 3- A geração de empregos e rendas, pois com a mesma velocidade que promove a evasão da mão-de-obra, a agricultura é capaz de absorver um contingente considerável de força de trabalho, num espaço relativamente curto de tempo.

Adotando essa política, o Estado Brasileiro estará buscando estratégias que possibilitem o desenvolvimento e a estabilidade em outros setores da economia na medida em que desencadeará outras ações, como por exemplo, o surgimento de indústrias (geradoras de divisas), redução de preços etc. Ou seja, com o incremento da agricultura haverá um aumento na produção de matéria-prima e de alimentos que, por sua vez, desencadeará um processo de geração de emprego e de renda. Enfim, estas medidas poderão estabilizar a economia nacional além de assegurar a melhoria das condições gerais de vida no campo e na cidade desse imenso país.

Nesse sentido, pensamos ser correta a preocupação da Secretaria da Agricultura do Estado da Paraíba, que no ano em curso, está apresentando como um dos programas básicos de Governo a valorização e municipalização da agricultura, criando 121 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agropecuários, onde, numa ação conjunta de lideranças municipais, buscará articular órgãos e recursos orçamentários na esfera Municipal, Estadual e Federal.

De maneira geral, os Conselhos constituem-se numa organização autônoma, independente, formada por representantes dos Poderes Públicos Municipais (executivo e legislativo), Cooperativas, Secretaria Municipal de Agricultura, Instituições Públicas e Privadas, Representantes de Associações Comunitárias, Organizações não Governamentais - ONG's etc, que atuarão no setor agropecuário.

Em cada município, o Conselho tem a função de elaborar o diagnóstico municipal, priorizar as demandas, elaborar o plano de desenvolvimento agropecuário, além de acompanhar, assessorar e avaliar os serviços prestados à população pelos órgãos e entidades públicas integrantes do setor agropecuário do município.

A referida programação não poderá ser avaliada agora, por se encontrar ainda em fase de implantação, formação e organização.

Feita essas considerações gerais sobre a problemática do campo, enfatizando o setor agrícola, abordaremos a seguir a situação da educação rural sem perder de vista o contexto supracitado.

A difusão da rede escolar primária no Brasil, caracterizou-se, entre outros fatores, pela multiplicação de oportunidades de instruções oferecidas ao povo decorrentes da industrialização no sul do país e da ampliação de bases eleitorais, através do número de votantes.

Na década de 1920, a educação era vista como um instrumento capaz de conter o êxodo rural e de promover a volta do homem ao campo, surgindo daí, o movimento chamado Ruralismo Pedagógico. Seu objetivo era fazer o homem do campo compreender o sentido da civilização brasileira e reforçar os seus valores afim de prendê-lo à terra. A educação passou a ser vista como instrumento fundamental na busca de uma solução para os problemas nacionais.

As questões sociais do período 1930/1945 eram conseqüências principalmente do crescimento das cidades devido a incapacidade de absorção da mão-de-obra disponível pelo mercado de trabalho urbano, gerando desta forma o problema

migratório. Frente a esses problemas, a estratégia usada pelo governo foi a expansão do ensino rural.

Surge então, entre outros movimentos, em 1932, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que preconizavam a criação de Clubes Agrícolas Escolares, visando a tornar a escola primária um forte núcleo de atração ruralista, no sentido de deter e prevenir o surto de migrações.

A Constituição de 1946, além da legislação sobre a Educação Nacional, determina a aplicação da renda dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo, no mínimo 10% dessa renda aplicada pela União e 20% aplicada pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Com menor expressão, na década de 1950, às idéias em torno de ruralização primária e da preparação dos professores em Escolas Normais Rurais continuaram exercendo influência até praticamente a década de 1960, principalmente através da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) já orientada para algumas idéias de educação comunitária.

Novamente no período pré-64, tendo em vista o debate sobre a questão agrária, a Educação Rural, passou novamente a merecer a atenção especial com a criação de movimentos de educação não formais, com a criação do Movimento de Educação de Base - MEB, fundado em 1961, e pela CNBB. Na área do Governo Federal, foi criado o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) que se dedicava à formação de professores primários em férias.

Nas últimas décadas, têm-se ao nível da política educacional brasileira a valorização tanto da educação formal quanto a não-formal, segundo o III Plano Setorial de Educação e Desporto (80-85) e outros documentos do MEC.

Na área da educação formal são sublinhadas as questões de adequação do currículo, à melhoria da rede física, a capacitação docente e ainda, a integração com todas as outras iniciativas da política social e econômica, voltada para o meio rural.

Com relação a educação não-formal, o destaque é para os programas de organização comunitária, sendo bastante enfatizada a participação da comunidade.

Em decorrência desta prioridade, à época, fora implantada nessa região rural uma diversidade de programas tais como: Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI; Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal - PROMUNICÍPIO; Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais - PRONASEC; Programa de Extensão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste - EDRURAL; Programa de

Desenvolvimento Rural do Nordeste - POLONORDESTE. Mais recentemente têm-se o LOGOS I e II, o Pedagógico Parcelado, além dos programas específicos das Secretarias Municipais.

Todos esses programas e medidas postas em prática pelo Governo em favor da educação rural, especialmente no Nordeste, não tiveram um alcance geral devido serem medidas isoladas, fragmentadas e dispersas, produzindo apenas impactos políticos, o que vem acarretar a falta de compromisso com uma política eficiente e eficaz, voltada para as necessidades educacionais do meio rural.

Nesse sentido é importante invocar ARROYO, citada por VIGOLVINO (86) quando avalia que:

“... esses programas estão marcados pela seleção de conteúdos adaptados aos valores e necessidades do homem do campo, as suas condições de vida e de produção bem específica,... a lógica da produtividade, da comercialização, do uso de novas tecnologias ou de integração do camponês no sistema capitalista de exploração da terra... até os ensinamentos rudimentares da leitura, escrita e matemática passam nos programas de educação integrada, a ser orientada no sentido do preparo do aluno “para o melhor desempenho das atividades produtivas”...

É curioso constatar que a maioria dos programas de educação integrada para as classes subalternas do campo e das periferias urbanas, tentam justificar-se no fracasso da educação formal nessas áreas.

...Há equívocos nessa análise. O que nunca existiu não pode ser responsabilizado pelo fracasso. “A escola destinada às camadas subalternas não teve nem existência física, em muitos casos. As condições materiais são precaríssimas, os profissionais desqualificados e mal remunerados, estão a mercê de intrigas políticas. Tudo isso é praticamente esquecido nos programas de educação integrada e se passa a privilegiar a educação de conteúdos sobre o protexto de que os conteúdos da escola tradicional fracassaram por inadequados. Que conteúdos são esses, quando a escola rural e seu professor, com a 2ª e 4ª séries primárias, mal sabe ler, escrever e contar, e que ainda que mais soubesse, não tinha condições materiais mínimas para o trabalho? É mais barato adaptar currículos do que criar as condições materiais ao direito de todo cidadão a escolarização fundamental. A elaboração de novos currículos que garantam o direito ao saber sistematizado é uma necessidade, porém cairá no vazio, se não se criarem condições de trabalho”. (pp.14 e 17)

É em decorrência de tudo o que foi apresentado que o ensino rural até hoje permanece, quantitativamente e qualificativamente precário, sofrendo problemas de falta de recursos materiais, a evasão e a freqüência irregular dos alunos, turmas multisseriadas, atividades extra docência, currículo e programas inadequados etc, apesar de inúmeros projetos e programas desenvolvidos nesta área.

Entretanto, ao que sabemos, o problema da educação rural é todavia o mais grave, pois são vários os fatores que afetam a população rural, já que esta população, tende a ter um peso político inferior ao exercido pelos centros urbanos, carecendo de força necessária para atrair maiores investimentos, o que em última instância, representa uma outra condição de marginalidade.

Entendemos não ser demais lembrar que a educação rural do município de Cajazeiras-PB, padece dos mesmos problemas levantados acima, e não podia ser diferente, pois abordamos a educação no país.

Por isso, enfocaremos a partir de agora algumas questões específicas dessa realidade referente a Rede Física, Corpo Docente, Plano de Ação da Secretaria de Educação e principais dificuldades enfrentadas pelo professor no cotidiano da sala de aula.

O município de Cajazeiras está situado no sertão, extremo oeste do Estado da Paraíba, distante a 464 Km da capital. Pelas suas condições geográficas e climáticas é freqüentemente castigado pelas longas estiagens caracterizando-se como um município da zona do semi-árido. Sua população total em 1991, segundo o IBGE, era de 51.273 habitantes, sendo 27.104 de mulheres e 24.169 de homens.

Ainda segundo o IBGE, em 1991, o município possuía 45.461 pessoas com 5 anos e mais, ou seja, ^{na} dentro da categoria de "alfabetizados". Desse total 34.179 residiam na zona urbana e 11.282 na rural. Dos residentes urbanos, 35,29% são analfabetos, enquanto que na área rural, esse índice quase se duplica, chegando a 60,52%.

O município possui 94 unidades de ensino. Destas, 75 funcionam na zona rural, sendo 65 grupos escolares (construído pelo governo municipal em terrenos doados por moradores da comunidade) e 10 escolas isoladas (funcionando na casa do professor e/ou em casas desabitadas).

Com relação ao corpo docente, conta o município com 375 professores assim distribuídos: Zona Urbana - 250 (efetivos 172 e contratados 78); Zona Rural - 125 (efetivos 57 e contratados 68).

Destes, 134 têm curso superior; 139 com 2º Grau incluindo o Pedagógico, Logos II, Científico, Contabilidade etc, e 102 professores com o 1º Grau incompleto.

Quanto ao corpo docente, a situação no ano de 1994 é a seguinte, distribuída do Pré-escolar a 8ª Série do 1º Grau.

ESPECIFICAÇÕES	ZONA URBANA	ZONA RURAL
• Matrículas iniciais	2.981	2.465
• Transferências	154	56
• Evasão	805	681
• Aprovados	1.592	1.176
• Reprovados	430	552

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICÍPIO: 5.446

No ano de 1995, a situação do ensino no município está assim configurada:

IDENTIFICAÇÃO	ZONA URBANA	ZONA RURAL
Do Pré-Escolar a 8ª série do 1º Grau	2.784	2.461
Jovens e Adultos*	245	-
Creches	130	-
Fundação Educar	30	-
Educação Especial	30	-

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICÍPIO: 5.680

* incluídos no total da zona urbana

O Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação e as principais dificuldades apresentadas pelo professor em sala de aula, expressam aqui o resultado de comunicações apresentadas no Seminário: Debatendo a Educação na Zona Rural, realizado pela equipe de professores do Campus V e da Ação Pedagógica da Secretaria de Educação do Município, responsáveis pelo curso de Formação e Capacitação para Professores Leigos da Zona Rural de Cajazeiras.

O Plano de Ação da Secretaria Municipal², fundamenta-se no tripé: valorização do magistério, do educando e da escola.

Com relação a valorização do magistério além da implantação de uma política salarial mais justa para o professor leigo (polivalente), foi implantada também:

- Fixação de uma jornada de trabalho - 20:00 hs;

² . Este Plano foi apresentado pela Secretaria de Educação do Município, no Seminário: Debatendo a Educação Rural em Cajazeiras, nos dias 06 e 07/04/1995.

- Direito a incentivo para deslocamento;
- Direito a redução de carga horária aos 20 anos de serviço;
- Aumento do incentivo a Regente de Classe - 40% para 80%;
- Direito de acumulação de dois regimes de trabalho;
- Direito a transporte e a passe;

Ainda pensando nesta problemática, foi implantado um Plano de Ação Pedagógica em parceria com a UFPB e outros órgãos afins voltado para questões de conteúdos e de inovações metodológicas etc.

Por sua vez, a valorização do educando está centradas nas seguintes diretrizes:

- Manutenção do material didático elementar e necessário;
- Manutenção da merenda escolar (municipalização);
- Assistência escolar, ainda que de forma parcial (oftalmologia e odontologia), Convênio com o PNSE/FAC;
- Manutenção de transporte escolar, onde necessário;
- Realização do trabalho de promoção e reforço aos alfabetizados e apoio pedagógico;
- Realizações de competições desportivas e culturais com alunos de 2ª fase.

Quando das realizações destas ações pela melhoria do processo ensino-aprendizagem, a Secretaria enfrenta dificuldades para a sua execução satisfatória, cujos maiores entraves destacou:

- A falta de integração entre escola, família e comunidade;
- O êxodo rural;
- Conservação das Unidades de Ensino em algumas localidades;
- A convivência com o quadro suplementar do magistério;
- A burocracia das escolas rurais feita na secretaria.

Apesar deste plano conter na sua essência, medidas que venham a atender a melhoria do ensino rural, pelos depoimentos dos professores rurais, as dificuldades enfrentadas em sua prática docente confronta-se de modo geral com o que foi apresentado oficialmente.

As dificuldades apresentadas pelos professores ruralistas foram, dentre outras as seguintes: a questão salarial (a grande maioria ainda ganha menos de um salário mínimo), a falta de aquisição de material didático, classes multisseriadas, a falta de equipamento e imobiliário escolar, a dependência burocrática com a Sede Municipal etc.

Frente ao que foi exposto, pensamos ser interessante a nossa contribuição no sentido de pensar a integração na escola - família - comunidade, já que foi um dos problemas iniciais apresentados pela própria Secretaria de Educação do nosso Município.

3 - A ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 - O CAMINHO PERCORRIDO

O presente trabalho tem como característica um estudo reflexivo e sistemático sobre o ensino rural, objetivando promover o engajamento dos pais muna Escola Rural de Terra Molhada, município de Cajazeiras, desenvolvido de abril à agosto do ano em curso.

O estudo teve como primícia um levantamento bibliográfico acerca da Educação Brasileira, com destaque na Rural, sendo utilizado para tal, livros, apostilas, periódicos etc. Este levantamento nos proporcionou todo o embasamento teórico sobre a problemática em questão, no seu aspecto sócio-econômico e político.

Na busca de maiores informações sobre a Educação Rural de Cajazeiras, participamos de um Seminário: Debatendo a Educação Rural, nos dias 06 e 07 de abril do ano em curso, na Biblioteca Pública Municipal, promovido por professores do Centro de Formação de Professores-CFP, responsáveis pelo Curso de Formação e Capacitação para Professores Leigos da Zona Rural deste município, em conjunto com a equipe de Supervisão Pedagógica da Secretaria de Educação do Município.

Ainda visando um maior aprofundamento teórico que viesse subsidiar nossa ação no campo de trabalho, fizemos outras leituras com vistas a elaboração de instrumentos metodológicos como: atas de reuniões, questionários, visitas etc.

Após esse primeiro momento dedicado ao embasamento teórico, partimos para a praticidade do trabalho. Assim no mês de maio, fizemos o nosso primeiro contato com a comunidade rural. Lá chegando, fomos a escola, entregamos a nossa proposta de

trabalho as professoras e marcamos uma nova visita, onde coletamos alguns dados referentes a escola, abordando os aspectos físicos, funcionais e educacionais.

Na primeira quinzena de junho, realizamos visitas domiciliares a todos os pais de alunos, aplicamos um questionário cujo resultado nos permitiu traçar o perfil sócio-econômico e cultural dessas famílias, perfil este, que não difere das demais famílias da comunidade. Na oportunidade, mostramos nossa proposta, destacando a importância da participação deles, tanto para a viabilização do nosso trabalho, como para a própria vida da escola.

Após essa atividade, não tivemos oportunidade de voltar à escola, devido ao recesso escolar, que foi no período de 18 a 30/06/1995. Porém, isto não impediu de enviarmos Carta-Convite, aos professores, pais e alunos, para a 1ª reunião na escola, com data prevista para 04 de julho do corrente ano e tendo como pauta: Apresentação e discussão da nossa proposta, identificação e discussão dos problemas enfrentados pela escola, cujo desenrolar está descrito e apresentado em anexo.

Conforme decisão nesta primeira reunião, ficou estabelecida a data de 11 de julho, para a realização de outra reunião, onde foi ordenado por prioridade, os problemas, como resolvê-los, quem resolveria, com que recursos e quando. Elaboramos então um cronograma de atividade que a nosso ver, poderá ser o início do caminho a ser percorrido por professores, pais e alunos no sentido de buscar a verdadeira integração pretendida por nós.

32

3.2 - ABORDANDO A REALIDADE LOCAL

A comunidade de Terra Molhada fica localizada no município de Cajazeiras-PB, a 15 Kms da sede tendo como principal via de acesso a Rodovia PB-400. Limita-se ao oeste com o Sítio Riacho do Meio, ao norte com Riacho da Arara; ao leste com o Sítio Miranda e ao sul com o Sítio Caiçara.

Segundo um morador residente nesta localidade há 55 anos, a comunidade recebeu o nome de Terra Molhada, devido existir em tempos atrás, uma fonte de água permanente, que resistia a consecutivas épocas de seca.

Residem na comunidade, cerca de 58 famílias, todas tendo a agricultura como principal fonte de renda. De modo geral, são mini-produtores e plantam as culturas de

subsistência como o milho, feijão e arroz. Nos últimos anos, o cultivo da cana-de-açúcar e da banana estão substituindo o cultivo do algodão, tendo em vista os problemas que afetam esta cultura relatados anteriormente. Por não disporem de recursos e terras com áreas disponíveis para uma produção em grande escala, cultivam algumas frutas em pequenos pomares, horta caseiras etc, voltadas apenas para o consumo.

A criação bovina, restringe-se a apenas a um número muito pequeno de criadores; enquanto que a criação de aves caipiras, suínos, caprinos etc, embora em pequena escala, atinge a maioria dos residentes nessa localidade.

Visitando 16 (dezesesseis) famílias do sítio Terra Molhada, constatamos que de um modo geral, as condições ambientais, de saúde e de vida da população são péssimas.

A grande maioria dos moradores, reside em casas de tijolos, cobertos com telhas, pisos de cimento, tendo áreas, salas, quarto e cozinha.

Não existe na comunidade nenhum posto de saúde e nem assistência médico/odontológica fazendo com que até para um simples curativo, a população se desloque para outras localidades. É comum entre as famílias a utilização de plantas medicinais e remédios caseiros.

A falta de saneamento básico é um fator gritante na comunidade. A água de beber, vinda principalmente de cacimbões, não recebe o tratamento adequado tanto no que diz respeito ao consumo (nem o hipoclorito de sódio está sendo distribuído às famílias, tendo em vista o afastamento do Agente Comunitário de Saúde) como também, no que se refere a proteção das fontes.

A grande maioria das famílias visitadas não faz controle adequado do lixo não dispendo nem mesmo de um simples depósito. É jogado ao redor da casa e dependendo do volume acumulado, faz-se a queima.

Por falta de privadas, o destino dos dejetos são a céu aberto contribuindo para a contaminação do meio ambiente a aceleração de doenças como verminoses, desinterias etc.

No que se refere a organização social, existe lá, a Associação Comunitária Rural de Terra Molhada com uma área de abrangência extensiva as comunidades circunvizinhas tais como Caiçara e Arruído, num total de 78 (setenta e oito) associados. Há três anos, esta associação foi registrada oficialmente.

A principal forma de lazer da comunidade é o forró em toda época do ano. Também rádio, na grande maioria a pilha, já que na comunidade apenas uma pequena minoria dispõe de energia elétrica, é um objeto comum entre as famílias.

Conta a comunidade com apenas 01 (um) grupo escolar municipal onde se oferece de alfabetização a 4ª série do 1º grau, distribuídos em dois turnos: da 1ª a 4ª série pela manhã e alfabetização à tarde.

As condições físicas desta escola são razoáveis. O prédio está necessitando de uma pintura. A escola tem uma sala de aula, uma cantina, um depósito e dois banheiros. Não existe ao seu redor nenhuma arborização que possa oferecer às crianças espaço para atividades recreativas além de protegê-las do calor intenso dominante nesse meio.

Consta do mobiliário escolar 35 (trinta e cinco) carteiras, 01 (um) quadro-negro, 04 (quatro) apagadores, 01 (uma) estante de aço, 01 (um) fogão à carvão, 01 (um) cesto para lixo e 01 (uma) caixa d'água para os sanitários.

Os utensílios para água e merenda escolar limitam-se a 01 (um) filtro, copos e pratos de latas de margarina, os talheres, cada aluno traz de casa.

Dispõe a escola de 02 (duas) professoras, uma com o 2º grau completo (Técnica em Agropecuária) ensinando da 1ª a 4ª série e outra, com 1º grau incompleto (6ª série) ensinando alfabetização. Existem ainda 02 (duas) merendeiras e alguns recursos didáticos fornecidos pela Secretaria de Educação do Município tais como: cadernos, giz, lápis, borracha, apontadores, lápis de pintar, réguas, cartolinas, papel ofício, cola etc.

Foram matriculados neste ano de 1995, 46 alunos, conforme discriminação no quadro abaixo, onde se pode notar o quanto é variada a faixa etária dos alunos por série.

Escolaridade	Total de alunos	Idade		Evasão		Repetência
		menor	maior	Transf.	Abond.	
Alfabetização	15	05	11	01	01	05
1ª série	16	08	17	-	-	-
2ª série	06	12	13	01	-	-
3ª série	05	12	17	-	-	-
4ª série	04	12	16	-	-	-

A situação do ensino é organizada da seguinte forma:

- Semanalmente, as professoras planejam os conteúdos e as atividades sem a presença da equipe pedagógica.

O acompanhamento por parte da Equipe Pedagógica da Secretaria da Educação não se faz de forma sistemática, consiste em visitas esporádicas e rápidas. Segundo uma das professoras, as visitas são mais frequentes para as escolas onde as professoras são leigas e não têm habilidade para a confecção do material.

Alguns livros didáticos são adotados a saber: De 1ª a 4ª série o livro de português é de VALÉRIA MARTINS LIPPI - De palavra em Palavra. Editora FTD S/A, São Paulo, 1993; Quanto a Matemática, na 1ª, 2ª e 4ª séries os livros adotados são os de JOSÉ GIOVANNI e JOSÉ RUY GIOVANNI JÚNIOR - A Conquista da Matemática: Teoria e Aplicação. Editora FTD S/A, Guarulhos, São Paulo, 1992 e na 3ª série é o livro de JOSÉ RUY GIOVANNI - A Conquista da Matemática, Editora FTD S/A, São Paulo, 1989; Em Estudos Sociais na 3ª série o livro adotado é de VALDIRA TORRES AGRA e LEILBA M. ALVES DE BRITO RAMOS - Paraíba Meu Estado. Editora Brasil S/A, São Paulo, código 0893, tipo M e na 4ª série é o de LIELBA M. ALVES DE BRITO e ALDO DOMINGOS DOS SANTOS - Viva o Mundo dos Estudos Sociais. Editora do Brasil S/A, São Paulo, código 0159-7; Com relação a Ciências, para a 3ª série o livro adotado é de LIELBA M. ALVES DE BRITO RAMOS e ALDO DOMINGOS DOS SANTOS - Viva o Mundo de Ciências. Editora do Brasil S/A, São Paulo, código 0146, Tipo M e na 4ª série, o livro adotado é o de LUCINA PASSOS e ANDRÉIA MARTINS - Alegria do Saber. Editora Scipione LTDA, São Paulo, 1994.

- Além destes livros didáticos existe na escola o Programa Salas de Leituras que funciona como Bibliotecas doadas pela FAE e o Instituto dos Livros.

- A professora que leciona de 1ª a 4ª série utiliza também textos com assuntos atualizados, como: ecologia, inflação, questões da agricultura, etc.

- Uma das professoras trabalha com turma multisseriada, por isso adota metodologia que atenda a todos ao mesmo tempo. Segundo ela, sendo a 1ª série a turma mais numerosa, a primeira atividade é para ela. Assim, enquanto estes alunos ficam ocupados fazendo suas tarefas, a professora atende aos demais. E como português e matemática, que para a professora são disciplinas fundamentais, recebem mais atenção tanto em termo de conteúdo quanto de carga horária.

- O ensino religioso atualmente não está sendo ministrado na escola, já que existe católicos e protestantes em sala de aula. A professora acha por bem conversar com a Secretária de Educação na busca de solução para atender essa questão religiosa sem trazer problemas para nenhum aluno.

- As principais dificuldades enfrentadas no ensino são: a evasão escolar, causada pela necessidade dos alunos em trabalhar para ajudar aos pais; a frequência irregular, principalmente na alfabetização e 1ª série devido a evasão e a falta de atlas e mapas para os conteúdos de Estudos Sociais.

- Os currículos e programas de maneira geral não são adequados à realidade dos alunos, porém, as professoras não seguem a risca o Programa Oficial. Assim, a organização dos conteúdos são feitos de acordo com as necessidades apresentadas e para tanto, são utilizados outros conteúdos fora deste programa.

- A avaliação é feita considerando os aspectos quantitativos e qualitativos. O primeiro caracteriza-se pela realização de provas, em número de 3 (três) por disciplina, enquanto que a segunda pela participação e interesse dos alunos.

- Além do ensino formal, a escola comemora as datas festivas tais como: dia das mães, dia dos pais e dia das crianças.

- No que se refere a aprovação e reprovação, em 1994, da 1ª a 4ª série foram aprovados cerca de 80% dos alunos.

- No início do ano letivo, a Secretaria da Educação através da Equipe Pedagógica, realiza Testes de Capacitação para aprovação do aluno de alfabetização para a 1ª série, objetivando reduzir o índice de repetência. Segundo as informações de uma das professoras, três alunos que foram aprovados por meio deste teste não estão acompanhando o nível da turma da 1ª série.

Quanto a remuneração dos professores, quando contratados, recebem R\$64,00 independente do grau de instrução.

Com relação ao nível cultural dos pais dos alunos constatamos que, de todos aqueles que visitamos, nenhum tem o 1º grau completo, limitando-se a grande maioria, a apenas a primeira fase do referido grau e mesmo assim, incompleta. Este fato nos deu a idéia das dificuldades deles em acompanhar a escolarização dos seus filhos. Também podemos perceber que não existe uma verdadeira integração entre eles e a escola já que alguns não sabiam sequer que série o filho cursava além do depoimento de uma professora quando disse que a presença deles na reunião, foi devido a convocação ter partido das estagiárias. Fato que não acontece quando elas fazem a convocação.

Finalmente, vimos que a comunidade apesar de ter um certo grau de organização, acostumada a reunir-se para discussão de seus problemas, percebemos que não é comum discutirem os problemas da escola.

Este é o quadro geral do que é, como é e como vivem os moradores de Terra Molhada.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar nosso trabalho sobre INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES RURAIS: “uma reflexão”, podemos afirmar que apesar das dificuldades enfrentadas para sua realização, foi ^{de}demais proveitoso para nós, pela oportunidade que tivemos em refletir conjuntamente com a comunidade escolar e local os problemas enfrentados pela escola no seu dia-a-dia. Sentimos que foi significativa nossa contribuição para uma aproximação entre os pais dos alunos e a escola avaliada pela receptividade demonstrada tanto pelos pais como pelos professores e alunos. Pensamos que a semente da vontade da integração, foi lançada com perspectivas de continuidade. Isto é gratificante para nós, pois significa o ponto de partida para consecução dos nossos objetivos.

Seria precipitação acharmos que com o pouco tempo que atuamos junto aos comunitários, nossos objetivos pudessem ser alcançados em sua totalidade. Seria o mesmo que desconhecer o descaso em que se encontra a educação brasileira, principalmente a rural e a situação de vida de trabalho do campo. Estes fatos certamente estarão contribuindo para tornar o homem do campo uma pessoa incrédula a tudo que possa oferecer mudanças.

Por isso tivemos a preocupação em não apresentar receitas e fórmulas prontas e acabadas. Nem poderíamos pois tratava-se de uma proposta democrática cuja construção deverá ser coletiva com tomadas de decisões conjuntas, isto é, entre pais, professores e alunos, a qual requer tempo e mudança de atitudes.

Em que pese ~~todo~~ esse estado de coisas, vimos que o ponto de partida foi dado, quando numa ação conjunta, identificamos os problemas e apontamos as possíveis soluções para alguns como limpeza do prédio da escola, envio de abaixo-assinados e ofícios aos órgãos competentes no sentido da resolução de problemas que não dependem de recursos da comunidade. Por fim, o encaminhamento da formação de um Conselho Escolar,

o qual norteará todas as diretrizes e ações da escola, constituído por professores, alunos e pais.

A avaliação dessa tarefa caberá ao futuro. Porém, nossa intenção é que ela não sofra um processo de descontinuidade. Para tanto, continuaremos dando nossa contribuição, mesmo após a conclusão do curso, por já desenvolvermos trabalho de orientação e assistência técnica nesta área, através da EMATER - PB.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. (org). **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo: nº 8, Loyola, 1986.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa, CASTRO, Luiz Felipe Maria de, SILVA, Hélio R. S. **O PRONASEC e as Ações Sócio-Educativas no Meio Rural: uma análise**. FORUM EDUCACIONAL, Rio de Janeiro: v.03, jul/set, 1984.
- CARVALHO, Maria Inês Nunes de. **Educação Comunitária**. João Pessoa-PB, mimeografado.
- CEROLI, Paulo. **Uma Concepção de Desenvolvimento Rural**. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, CONCRAB, São Paulo: nº 01, 1993.
- FIGUEIRÊDO, Romeu Padilha de. **Política Agrícola, Reforma Agrária e Extensão Rural: Proposição à Assembleia Constituinte**. Brasília: Embrater, 1987.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - IBGE. **Brasil uma visão Geográfica nos anos 80**. Rio de Janeiro: 1989.
- VIANA, Ilca Oliveira Andrade. **Planejamento Participativo na Escola**. Um desafio ao Educador. São Paulo: EPU, 1986.
- VIGOLVINO, Marilene Dantas. **Mulher-Professora Rural: Vida e Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) Rio de Janeiro, 1989, 185 p, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES LEIGOS DO MUNICÍPIO DE
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

ROTEIRO

1. ASPECTOS SÓCIO-EDUCATIVOS

1.1. Recursos Materiais:

- a) Condições físicas da escola;
- b) Mobiliários escolares: carteiras, quadro-de-giz, apagador etc;
- c) Utensílios para água e merenda escolar: filtros, copos, pratos, talheres, etc.

1.2. Recursos Didáticos:

• Material escolar (professor e aluno): papel, livros, cartilhas, cartaz, cartolina, lápis, caneta, atlas, mapas, etc.

1.3. A Situação de Ensino:

- a) Grau de instrução;
- b) Planejamento das atividades;
- c) Acompanhamento por parte da Secretaria;
- d) Livros adotados (os mais adotados);
- e) Textos mais atualizados;
- f) Dificuldade no uso de material didático;
- g) Dificuldade em trabalhar os conteúdos das disciplinas ensinadas (Português, matemática, história, geografia, ciências, alfabetização e programas de saúde);

h) O funcionamento da sala multisseriada:

- Metodologia utilizada;
- Tempo destinado a cada disciplina (igual para todos ou prioriza alguma ou

algumas);

- Carga horária a ser cumprida;
- Faixa etária dos alunos;
- Outros.

1.4. Currículos e Programas:

- a) Adequado à realidade do aluno;
- b) Programa oficial;
- c) Organização do conteúdo;
- d) Avaliação.

1.5. Outras Dificuldades:

- Evasão;
- Frequência irregular;
- Repetência;
- Aprovação x reprovação;
- Salário.

1.6. Outras Atividades Realizadas no âmbito da Escola:

- Limpeza e conservação do prédio;
- Atividades religiosas (catecismo, preparação das crianças para a 1ª comunhão, festas religiosas etc.);
- Preparo da merenda escolar;
- Organização de outras festas: (dia das mães, dos pais, são João, datas cívicas etc.).

2. Aspectos Sócio-Cultural e Econômico:

2.1. Condições de vida na comunidade (pais, alunos e professores):

a) Tipos de casas:

1. taipa ()

2. tijolo ()

3. pau-a-pique ()

4. outros _____

b) Cobertura da casa:

1. telha ()

2. palha ()

3. outros _____

c) Piso da casa:

1. cimento ()

2. barro ()

3. outros _____

2.2. Formas de lazer:

a) Festas religiosas:

• novena ()

• renovação ()

• casamento ()

• batizado ()

b) Festas Populares:

• São João ()

• São Pedro ()

• Forró ()

c) Outras formas de lazer:

- rádio ()
- televisão ()
- encontros em casas de famílias e amigos ()
- outros _____

2.3. Estrutura e Uso da Terra:

a) Propriedade agrícola

- pequena propriedade familiar
- média propriedade
- grande propriedade

b) Uso da Terra

1- Agricultura

a) Produção de alimentos

b) Algodão

c) outros _____

2- Pecuária

a) bovinos ()

b) caprinos ()

c) suínos ()

d) aviculturas ()

e) outros _____

c) Posse de Terra

1. posseiro

2. meeiro

3. arrendatário

4. trabalhador assalariado

5. diarista

6. empreiteiro

7. outros _____

2.4. Formas de Organização:

Associações ()

Tipo _____

Sindicato ()

Tipo _____

2.5. Condições Ambientais e de Saúde:

a) Fonte de água:

Rio () Riacho ()

Açude () Poço ()

Cacimba () Água encanada ()

Outros _____

b) Tratamento da água:

Pote () fervida ()

cuada () filtrada ()

nenhum () outros _____

c) Destino dos Dejetos:

Fossa séptica ()

Enterrada ()

Céu aberto ()

outros _____

d) Destino do lixo:

Enterrado ()

Céu aberto ()

Queimado ()

outros _____

e) Quais os programas de Saúde que a escola ou outro órgão desenvolvem?

f) Existe algum posto de saúde próximo? SIM () NÃO ()

g) Faz uso das plantas medicinais? SIM () NÃO ()

POR QUE? _____

h) No conteúdo programático quais os pontos abordados que se relacionam com a saúde?

i) Você estaria apto(a) a prestar algum primeiro socorro aos seus alunos? Exemplo.

CARTA CONVITE

As Estagiárias do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, CAMPUS V de Cajazeiras, convidam o Sr. _____ e a Sr.^a. _____, para participarem de uma reunião no dia 04 do mês de julho próximo, às 14:00 hs (duas horas da tarde), no Grupo Escolar, na comunidade de Terra Molhada.

A reunião terá como objetivo a apresentação da proposta de estágio: Integração entre Escola x Família em Comunidades Rurais: “uma reflexão”, como também, discutir problemas relacionados com a escola.

Contamos com sua presença e desde já agradecemos sua participação.

Saudações,

Zelia Maria Gomes

Zilda Figueiredo Lima Abrantes.

ATA DE REUNIÃO Nº 01

Aos 04 dias do mês de julho de 1995, às 14:00 horas, numa escola municipal do Sítio Terra Molhada, Cajazeiras-PB, reuniram-se, conforme assinaturas anexas, as professoras, pais de alunos, alguns alunos de alfabetização, e nós, Zelia Maria Gomes e Zilda Figueiredo Lima Abrantes, estagiárias do Curso de Pedagogia do CAMPUS V, a fim de tratar de assuntos referentes: Apresentação, discussão e viabilização de nossa proposta de estágio cuja temática é: INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA X FAMÍLIA EM COMUNIDADES RURAIS: “uma reflexão”. Iniciando os trabalhos uma das professoras da escola cumprimentou a todos os presentes e passou a coordenação da reunião para mim, Zelia Maria Gomes, que na oportunidade, agradeceu o atendimento dos pais ao convite feito por nós para essa reunião. Em seguida, propomos uma apresentação de cada participante de forma que cada pessoa apresentava o seu vizinho mostrando-nos até que ponto as famílias realmente se conhecem. Zilda Figueiredo Lima Abrantes, aplicou uma dinâmica de grupo tendo como objetivo exatamente a importância da reunião e da integração, sendo bem participada pelos pais dos alunos. Em seguida, fizemos a leitura de toda a Proposta de Estágio, sendo explicado detalhadamente seu objetivo, metodologia etc, a qual foi aceita pelos pais e professores. Esgotado esse ponto, passamos para a identificação dos possíveis problemas que enfrenta a escola. Os problemas levantados foram os seguintes: Falta espaço físico, mobiliário e equipamento, farmácia, arborização, energia elétrica. E mais: O estado de conservação da escola e o não atendimento dos pais às reuniões quando convocados. Após ligeira discussão referente a cada problema levantado achamos por bem deixar para a próxima reunião o encaminhamento para possíveis soluções dos problemas levantados no que se refere a questão

de como, quando, com quais recursos e quem resolveria tais problemas, inclusive a elaboração de um calendário de atividades voltadas para esta problemática.

Finalizando os trabalhos do dia, despedimo-nos falando da confiança que tínhamos na união de todos por uma busca de um mesmo objetivo, ficando acordado que a próxima reunião seria dia 11 de julho do ano em curso. Para constar, eu Zelia Maria Gomes, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Cajazeiras - PB, 04 de julho de 1995.

Luícia de Fátima Almeida Albuquerque

exce. soc. de cultura

Nandi Sacramento de Oliveira

Beatriz Alexandrina de Souza de Oliveira

Maria Beatriz de Souza

Marina Bezerra Pereira

M^{te} da Cidade de Souza Alves

Adriana de Almeida Albuquerque - professora

Leida de Souza de Almeida

Felicia Jo^{ne} Gomes - Estagiária

Zilda Eugênia de Oliveira Brito - estagiária

Alvina Helia Pires de Lima

José Passos de Almeida

Francisca Matilde Lima

MARIA BEZERRA DE SOUSA

Reinholda Barbosa da Silva

Matina de Souza Alves

Cima Cleide de Oliveira

Silvânia Barbosa da Silva

Maria das Dores de Souza Sobrinho

Índia Nilda Bezerra de Souza

Tatiane Aparecida

Francisca Barbosa da Silva

Jeaneide Nunes dos Santos

Mariélia Barbosa da Silva

Antônia Marcel Sacramento Bezerra

Faísan Bezerra de Lima

Juan Bezerra de Souza

Darlan Bezerra Sacramento

ATA DE REUNIÃO Nº 02

Aos 11 dias do mês de julho de 1995, às 15:00 horas, num grupo escolar do Sítio Terra Molhada, Cajazeiras-PB, foi realizada mais uma reunião de pais, mestres, alunos, e nós, estagiárias do Curso de Pedagogia do Campos V, tendo como pauta: Encaminhamento por ordem de prioridade dos problemas identificados na reunião anterior e elaboração de um cronograma de atividades com vistas as possíveis soluções destes problemas. Os trabalhos do dia foram abertos pela professora Adriana de Alencar Albuquerque que após os cumprimentos iniciais passou a coordenação para Zelia Maria Gomes. Esta, após agradecer a presença de todos, solicitou da outra estagiária Zilda Figueiredo Lima Abrantes a aplicação de uma dinâmica de grupo intitulada "batata-quente", com a finalidade de descontrair o ambiente. Em seguida, foi lida, aprovada e assinada a ata da reunião anterior. Foi listado no quadro-negro, por ordem de prioridade todos os problemas detectados anteriormente, para discutir como, quem, com quais recursos e quando resolvê-los, ficando assim determinado: 1.- Visando a integração dos pais na vida da escola ficou estabelecido que haverá reunião mensal e pensou-se para futuramente, na criação de um Conselho Escolar, constituído por professores, pais e alunos; 2.- Viu-se que para a má conservação do prédio, só a pintura resolveria, ficando certo que os alunos maiores farão essa pintura enquanto que um pai voluntariamente se prontificou a fazer o reboco, estabelecendo-se inclusive o dia para a realização desses trabalhos. Vale salientar que o material, a Secretaria de Educação do Município já havia feito a doação; 3.- Ficou decidido o plantio de três mudas de acácia, as quais foram doadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento Municipal. Os alunos maiores plantarão e um dos pais fará uma proteção em madeira para melhor conservação das mudas; 4.- As auxiliares de serviço carregarão a água para encher a caixa d'água, aos domingos, para que durante a semana o

precioso líquido não falte; 5.- Pais, alunos e professores solicitarão à Secretaria de Saúde, a doação dos medicamentos necessários a instalação da farmácia escolar, através de ofício enviando no próximo dia 14 do corrente mês. As estagiárias fizeram a doação de um isopor que servirá de guarda para os medicamentos; 6.- Frente ao problema de goteiras chegaram a conclusão que o prédio precisará de cinquenta telhas para o serviço de retelhamento. Professoras e pais solicitarão da Associação Comunitária local esse material, através de ofício cujo envio será no dia 16 de julho próximo; 7.- No que concerne a falta de alguns equipamentos escolares, todos concordam que a melhor forma de resolver esta questão será solicitando a Secretaria de Educação. Essa solicitação será feita através de ofício a ser enviado no dia 14 de julho, assinado por pais e professores; 8.- Como forma de resolver a falta de energia elétrica, será feito um abaixo-assinado com a participação de todos os moradores da comunidade e enviado a Secretaria de Planejamento e Agricultura e Abastecimento do Município no dia 16 do corrente. Acharam por bem solicitar não só para o grupo como para toda a comunidade já que isto é um sonho muito antigo de todos que lá residem; 9.- Para o enriquecimento do baixo teor de calorias da merenda escolar foram unânimes em admitir que se faz necessário a implantação de uma horta escolar. Vale salientar que esta atividade só poderá ser realizada após a perfuração de um poço amazonas já prometido pelo Poder Municipal. Finalmente, foi elaborado um cronograma de atividades que será a semente plantada por todos para que essa integração, por nós, tão desejada, não enfraqueça. Com isso, foi encerrada a reunião do dia e para constar, eu, Zelia Maria Gomes, lavrei a presente ata a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, conforme relação anexa.

Cajazeiras-PB, 11 de julho de 1995.

Bainunala Barbosa da Silva

Marina Bezerra Pereira

Me da Cidade de Sousa Alves.

SEBASTIANA NUNES DOS SANTOS

MARIA SOARES DA SILVA

Bel do Cabanawma

José de Souza Pólvora

Hilda Bezerra Sacramento

Rita Moura da Cunha

Yerres Jossa de Almeida

Maria de Fátima Besmado

Mario Pires Nogueira

Mariotti Sacramento de Oliveira

OLINDA MARIA DE SOUSA

Maria Laysmar de Albuquerque
Geralda Soares de Andrade

Maria de Lourdes Sousa

MariLuiz Andrade Viira

Leicia de Fátima Alencar Albuquerque (professora)

Adriana de Alencar Albuquerque (professora)

Hilda Aguiar de Lima Soares

Felicia Maria Gomes